

ÍNDICE

PARTE I — INTRODUÇÃO AO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Capítulo 1 — O Trabalho e a Proteção Social ao Trabalhador	27
1.1. Prólogo	27
1.2. O Surgimento da Noção de Proteção Social	28
1.3. A Mútua Assistência e a Caridade	29
1.4. A Assistência Estatal	29
1.5. A Noção de Seguro Social	30
1.6. Evolução da Previdência Social no Mundo	31
Capítulo 2 — Fundamentos da Previdência Social	34
2.1. A Intervenção do Estado	34
2.2. A Solidariedade Social	35
2.3. A Compulsoriedade da Filiação	35
2.4. A Proteção aos Previdentes	36
2.5. A Redistribuição de Renda	36
2.6. O Risco Social	37
2.7. Da Previdência à Segurança Social	37
Capítulo 3 — Modelos de Previdência Social	39
3.1. Sistemas Contributivos e Não-Contributivos	39
3.2. Sistemas Contributivos de Repartição e Capitalização	40
3.3. Sistemas Privados de Previdência	41
Capítulo 4 — A Evolução da Proteção Social no Brasil	43
4.1. Primeiras Regras de Proteção	43
4.2. A Lei Eloy Chaves	44
4.3. Os Institutos de Classe	45
4.4. Da Criação do INPS à Contituição de 1988	47
4.5. A Constituição de 1988 e a Seguridade Social	49

4.6. A Criação do INSS e as Mini-Reformas	51
4.7. A Emenda Constitucional n. 20	52
4.8. O Fator Previdenciário	57
Capítulo 5 — O Direito Previdenciário	59
5.1. Conceito e Objeto de Estudo	59
5.2. Autonomia Científica	60
5.3. Classificação Frente à Divisão Didático-Enciclopédica do Direito	62
5.4. Relação do Direito Previdenciário com outros ramos do Direito	64
5.5. Fontes do Direito Previdenciário	66
Capítulo 6 — Aplicação das Normas de Direito Previdenciário	72
6.1. Antinomias e Critérios de Solução	72
6.2. Lacunas do Ordenamento e sua Solução	73
6.3. Interpretação das Normas	75
6.4. Vigência e Eficácia das Normas no Tempo	76
6.5. Vigência e Eficácia das Normas no Espaço	77
Capítulo 7 — Princípios do Direito Previdenciário	78
7.1. Princípios Constitucionais da Seguridade Social	78
7.2. Princípios Específicos de Custeio	81
7.3. Princípios Específicos de Previdência Social	84
Capítulo 8 — Regimes Previdenciários	89
8.1. O Regime Geral de Previdência Social — RGPS	89
8.2. Plano de Seguridade Social do Servidor Público Federal — PSSS ...	90
8.3. Regimes dos Servidores Estaduais e Municipais	93
8.4. Plano de Seguridade Social dos Congressistas	94
8.5. Regime Previdenciário dos Militares	95

PARTE II — A SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA

Capítulo 1 — A Organização da Seguridade Social	99
1.1. O Sistema Nacional de Seguridade Social	99
1.2. Ministério da Previdência e Assistência Social — MPAS	100
1.3. Instituto Nacional do Seguro Social — INSS	102

1.4. Gestão Descentralizada	105
1.5. Conselho Nacional da Seguridade Social — CNSS	105
1.6. Conselho Nacional de Previdência Social — CNPS	107
1.7. Conselhos Estaduais e Municipais de Previdência Social	110
1.8. Conselho Nacional de Assistência Social — CNAS	111
1.9. Conselho de Gestão da Previdência Complementar — CGPC	113
1.10. Conselho de Recursos da Previdência Social — CRPS	115
Capítulo 2 — Relação Jurídica de Custeio	117
2.1. Definição da Relação Obrigacional	117
2.2. Autonomia da Relação de Custeio	118
2.3. Identidade com a Relação Obrigacional Tributária	120
Capítulo 3 — Contribuintes da Seguridade Social	121
3.1. Segurados da Previdência Social	122
3.2. Empresa e Entidades Equiparadas	123
3.3. Matrícula da Empresa	124
3.4. Empregador Doméstico	125
3.5. Apostadores de Concursos de Prognósticos	126
3.6. Contribuintes da CPMF	126
Capítulo 4 — Relação Jurídica de Seguro Social	128
4.1. Definição da Relação de Seguro Social	128
4.2. Vinculação da Relação Previdenciária com a Filiação	129
4.3. Natureza Jurídica da Relação de Seguro Social	130
Capítulo 5 — Beneficiários do Regime Geral de Previdência	131
5.1. Segurados — Definição	131
5.2. Segurados Obrigatórios	131
5.2.1. Empregado Urbano e Rural	133
5.2.2. Empregado Doméstico	142
5.2.3. Contribuinte Individual	143
5.2.4. Trabalhador Avulso	149
5.2.5. Segurado Especial	151
5.3. Segurado Facultativo	153

5.4. Menoridade para Fins Previdenciários	155
5.5. Aposentado que Retorna à Atividade	157
Capítulo 6 — Filiação dos Segurados	159
Capítulo 7 — Manutenção e Perda da Qualidade de Segurado	161
Capítulo 8 — Dependentes	166
Capítulo 9 — Inscrição dos Segurados e Dependentes	171
9.1. Inscrição dos Segurados	172
9.2. Inscrição de Dependentes	172

PARTE III — CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL

Capítulo 1 — Sistema de Financiamento da Seguridade Social	179
1.1. Sistema Contributivo	182
1.2. Participação da União	183
1.3. Contribuições Sociais	185
1.3.1. Conceituação	186
1.3.2. Natureza Jurídica	187
1.3.3. Características Gerais	190
1.4. Outras Receitas da Seguridade Social	192
Capítulo 2 — Contribuições ao Sistema	193
2.1. Salário de Contribuição	193
2.2. Salário-Base	200
2.3. Contribuição do Segurado Empregado, Empregado Doméstico e Trabalhador Avulso	204
2.4. Contribuição dos Segurados Contribuinte Individual e Facultativo	206
2.5. Contribuições das Empresas	208
2.5.1. Contribuição sobre a Folha de Pagamento	209
2.5.2. Contribuição sobre a Remuneração Paga aos Segu- rados Contribuintes Individuais e Trabalhadores Avulsos ...	210
2.5.3. Contribuição para Custeio do Seguro de Acidente do Tra- balho e Aposentadorias Especiais	215
2.5.4. Contribuição sobre a Receita e o Faturamento	219
2.5.5. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social — COFINS	220

2.5.6. PIS/PASEP	226
2.5.7. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido — CSLL	227
2.5.8. Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte — o SIMPLES	228
2.6. Contribuição Incidente sobre Remuneração dos Trabalhadores na Construção Civil	234
2.7. Contribuição dos Clubes de Futebol Profissional	235
2.8. Contribuição do Empregador Doméstico	236
2.9. Contribuição do Produtor Rural — Pessoa Física e do Segurado Especial	237
2.10. Contribuição do Empregador Rural — Pessoa Jurídica	239
2.11. Contribuição sobre a Receita de Concursos de Prognósticos	240
2.12. Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos de Natureza Financeira — CPMF ...	241
2.13. Contribuições em Face de Decisões Proferidas pela Justiça do Trabalho	243
2.14. Contribuições Destinadas a Terceiros	251
Capítulo 3 — Isenção das Contribuições para a Seguridade Social	253
3.1. Requisitos para a Isenção	255
3.2. Requerimento e Deferimento da Isenção	256
3.3. Alcance da Isenção	257
3.4. Revisão da Isenção	257
Capítulo 4 — Remissão e Anistia	259
Capítulo 5 — Regras Gerais de Arrecadação e Fiscalização	261
5.1. Competência dos Órgãos de Arrecadação e Fiscalização	261
5.2. Arrecadação e Recolhimento das Contribuições	262
5.3. Obrigações Acessórias	266
5.4. Prerrogativas da Fiscalização	268
5.5. Inadimplemento e Acréscimos Moratórios	270
5.6. Compensação, Restituição e Reembolso de Contribuições ...	273
5.6.1. Compensação e Restituição	273
5.6.2. Reembolso de Contribuições	276

5.7. Parcelamento de Débitos	277
5.8. Programa de Recuperação Fiscal — REFIS	280
Capítulo 6 — Responsabilidade pelos Recolhimentos	283
6.1. Construção Civil	284
6.2. Grupo Econômico	286
6.3. Responsabilidade dos Sócios e Titulares	286
6.4. Tomador de Serviços	287
5.5. Administradores Públicos	289
6.6. Operador Portuário e o Órgão Gestor de Mão-de-Obra	289
Capítulo 7 — Decadência e Prescrição das Contribuições à Seguridade Social	290
7.1. Prescrição e Decadência na Restituição e Compensação de Contribuições	293
7.2. Prazo para Pleitear a Desconstituição de Exigência Fiscal	294
Capítulo 8 — Prova de Inexistência de Débito	295
Capítulo 9 — Constituição do Crédito Previdenciário	301
9.1. Notificação Fiscal de Lançamento de Débito — NFLD	303
9.2. Auto de Infração — AI	303
Capítulo 10 — Processo Administrativo Fiscal	309
10.1. Depósito Recursal — Exigibilidade	310
Capítulo 11 — Dívida Ativa: Inscrição e Execução Judicial	313
Capítulo 12 — Execução de Contribuições à Seguridade Social na Justiça do Trabalho	326
12.1. Aplicação da Norma em Função do Tempo	327
12.2. Conflitos de Competência	328
12.3. Legislação Aplicável	329
12.4. Contribuições e Acréscimos Moratórios	334
12.5. O Procedimento da Execução	335
Capítulo 13 — Dos Crimes contra a Previdência Social	338
13.1. Art. 95 da Lei n. 8.212/91	338
13.1.1. Omissão no Recolhimento de Contribuições Previdenciárias	341

13.1.2. Constitucionalidade	343
13.1.3. Tipo Objetivo	345
13.1.4. Tipo Subjetivo	345
13.1.5. Consumação e Tentativa	346
13.1.6. Sujeito Ativo	346
13.1.7. Sujeito Passivo	348
13.1.8. Crime Continuado	348
13.1.9. Ação Penal	349
13.1.10. Extinção da Punibilidade	350
13.1.11. Dificuldades Financeiras	351
13.1.12. Princípio da Insignificância	351
13.2. O Regime da Lei n. 9.983/2000	352
13.2.1. Apropriação Indébita Previdenciária	353
13.2.2. Extinção da Punibilidade	356
13.2.3. Perdão Judicial	357
13.2.4. Inserção de Dados Falsos em Sistema de Informações ...	357
13.2.5. Modificação ou Alteração não Autorizada de Sistema de Informações	358
13.2.6. Sonegação de Contribuição Previdenciária	358
13.2.7. Divulgação de Informações Sigilosas ou Reservadas	360
13.2.8. Falsidade Documental	360
13.2.9. Falsificação de Documento Público	360
13.2.10. Violação de Sigilo Funcional	361
13.2.11. Equiparação a Funcionário Público	361

PARTE IV — PRESTAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Capítulo 1 — Regimes de Previdência Social	365
1.1. Regime Geral de Previdência Social — RGPS	365
1.2. Regime Previdenciário Complementar	366
Capítulo 2 — Beneficiários do Regime Geral de Previdência Social	369
2.1. Segurados	369

2.2. Dependentes	371
Capítulo 3 — Prestações Previdenciárias	373
3.1. Espécies de Prestações	376
3.2. Concessão da Prestação Previdenciária	377
3.3. Períodos de Carência	379
Capítulo 4 — Cálculo do Valor do Benefício	386
4.1. Salário de Benefício e Período Básico de Cálculo	387
4.2. Fator Previdenciário	393
4.3. Regras de Transição para Aplicação do Fator Previdenciário	397
4.4. Renda Mensal Inicial	399
4.5. Valor-Limite dos Benefícios	402
Capítulo 5 — Reajustamento e Revisão do Valor dos Benefícios	404
5.1. Índices de Correção dos Salários de Contribuição Utilizados no Cálculo do Salário de Benefício (Súmula n. 2 do TRF 4ª Região)	406
5.2. Reajustes pelo Salário Mínimo de Referência	406
5.3. Atualização Monetária dos Doze Últimos Salários de Contribuição para os Benefícios Concedidos Anteriormente à Constituição de 1988	407
5.4. Súmula n. 260 do Extinto Tribunal Federal de Recursos	408
5.5. Auto-Applicabilidade do art. 202, <i>caput</i> , da Constituição de 1988 — Diferenças Decorrentes do Reajustamento dos Benefícios Concedidos entre 5.10.88 e 5.4.91 (art. 144, parágrafo único, da Lei n. 8.213/91)	408
5.6. Aplicação do art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	409
5.7. Manutenção do Valor Real dos Benefícios/Equivalência do Valor dos Benefícios em Número de Salários Mínimos	411
5.8. Valor Mínimo dos Benefícios	412
5.9. Gratificação Natalina de 1988/1989	412
5.10. URP de Fevereiro de 1989	413
5.11. Salário Mínimo de Junho de 1989	413
5.12. Expurgos Inflacionários	413
5.13. Reajuste de Setembro de 1991 – Abono da Lei n. 8.178/91	414

5.14. Reajustes Quadrimestrais — IRSM — Leis ns. 8.542/92 e 8.700/93	415
5.15. Conversão dos Benefícios para URV — Lei n. 8.880/94	416
5.16. Atualização Monetária das Parcelas Pagas em Atraso	417
Capítulo 6 — Pagamento dos Benefícios	419
6.1. Pagamento Feito a Terceiros	420
6.2. Intangibilidade do Valor do Benefício	421
6.3. Acumulação de Benefícios	422
Capítulo 7 — Acidente do Trabalho e Doenças Ocupacionais	424
7.1. Evolução Histórica da Proteção Acidentária	424
7.2. Conceito de Acidente de Trabalho	427
7.3. Doenças Ocupacionais	430
7.4. Nexo Causal e Concausalidade	432
7.5. Aspectos da Proteção Previdenciária à Vítima de Acidente	434
7.6. A Comunicação do Acidente de Trabalho — CAT	435
7.7. Responsabilização do Tomador dos Serviços	436
7.7.1. Com Fundamento na Responsabilidade Subjetiva do Empregador	436
7.7.2. Com Fundamento na Responsabilidade Objetiva do Empregador	436
7.7.3. A Teoria do Risco Social — Cobertura pela Previdência Social	437
7.7.4. Responsabilidade Penal	437
7.7.5. Sanções Administrativas	437
7.8. Direito à Indenização Civil	438
7.9. O Direito de Regresso da Previdência em Face do Empregador	441
7.10. Estabilidade do Empregado Acidentado	442
Capítulo 8 — Benefícios em Espécie	445
8.1. Aposentadoria no RGPS	445
8.2. Aposentadoria por Invalidez	447
8.3. Aposentadoria por Idade	453
8.4. Aposentadoria por Tempo de Serviço	463
8.4.1. Regras de Transição — Emenda Constitucional n. 20/98	465
8.5. Aposentadoria por Tempo de Contribuição	466

8.5.1. Aposentadoria do Professor	468
8.5.2. Aplicação dos Novos Critérios para Aposentadoria	469
8.6. Aposentadoria Especial	469
8.7. Pensão por Morte	475
8.8. Auxílio-Doença	481
8.9. Auxílio-Reclusão	486
8.10. Auxílio-Acidente	490
8.11. Salário-Família	494
8.12. Salário-Maternidade	498
8.13. Abono Anual	502
Capítulo 9 — Benefícios Extintos	503
9.1. Renda Mensal Vitalícia	503
9.2. Auxílio-Natalidade	504
9.3. Auxílio-Funeral	505
9.4. Pecúlio	505
9.5. Abono de Permanência em Serviço	506
9.6. Aposentadorias Diferenciadas	506
Capítulo 10 — Serviços	508
10.1. Serviço Social	508
10.2. Habilitação e Reabilitação Profissional	508
Capítulo 11 — Tempo de Serviço e Tempo de Contribuição para Fins Previdenciários	511
11.1. Prova do Tempo de Serviço	515
11.2. Reconhecimento do Tempo de Filiação	519
11.3. Contagem Recíproca de Tempo de Serviço	519
11.4. Justificação Administrativa	522
11.5. Cabimento da Ação Declaratória para Reconhecimento de Tempo de Serviço	524
Capítulo 12 — Prescrição e Decadência de Benefícios	526
12.1. Prescrição do Direito de Ação dos Beneficiários	526
12.2. Decadência do Direito à Revisão do Cálculo de Benefício Previdenciário	527
Capítulo 13 — Competência para as Ações Previdenciárias	529

13.1. Prestações Comuns	529
13.2. Competência Federal Delegada	530
13.3. Ações Acidentárias	532
13.4. Causas Referentes ao Benefício Assistencial	534

PARTE V — TENDÊNCIAS DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Capítulo 1 — A Globalização e a Crise do Estado-Providência	537
Capítulo 2 — As Mudanças no Direito Comparado	544
Capítulo 3 — As Razões da Crise Brasileira	555
Capítulo 4 — Perspectivas da Seguridade Social Brasileira	562
Bibliografia	581

APÊNDICES — SÚMULAS DE INTERESSE EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA

Supremo Tribunal Federal	585
Tribunal Federal de Recursos	587
Superior Tribunal de Justiça	590
Tribunal Superior do Trabalho	592
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	593
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	594
Tribunal Regional Federal da 3ª Região	595
Tribunal Regional Federal da 4ª Região	595
Tribunal Regional Federal da 5ª Região	597